



CNTV cobra e CCASP cria grupo de trabalho para analisar uso de poliuretano em bases de empresas de transporte de valores



Desde o final de julho a Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) cobra da Polícia Federal uma atitude em relação às empresas que vinham usando injetor de poliuretano nos serviços de transporte de valores. Em reunião da Comissão Consultiva para Assuntos de Segurança Privada (CCASP) realizada nesta quarta-feira (13), a PF criou um Grupo de Trabalho (GT) para analisar mais detalhadamente o caso. A CNTV já tinha obtido vitória quando, no início de agosto, a instituição emitiu parecer proibindo a Prosegur de utilizar o injetor de Poliuretano nas bases da empresa.

A CNTV e o Sindforte-RN já haviam destacado o problema: além de não ter sido realizado nenhum estudo sobre os possíveis riscos aos trabalhadores, o produto estava sendo utilizado também da tesouraria da Prosegur. “Como já havíamos denunciado e reafirmamos na reunião da CCASP, nossa grande preocupação é com a saúde dos trabalhadores. A Prosegur vinha usando o produto nas tesourarias e já há registro de incidentes que colocaram em risco os empregados. A CNTV não aceita isso e vai continuar lutando por respeito às condições de trabalho e saúde dos vigilantes”, afirmou o secretário geral da entidade, Cláudio José.

A CNTV reivindica ainda o laudo do produto para que se tenha maior conhecimento do que está sendo utilizado e, em último caso, que os peritos da PF façam análise antes de autorizar o uso nas bases das empresas. “Já está sendo usado nos carros-fortes, e isso é motivo de grande preocupação”, reiterou Cláudio.

Preocupação com vigilantes de carro-forte

Também foi criado um GT composto por especialistas do exército e da PF para apreciar pedidos de alteração de blindagem dos carros e calibres das armas. A CNTV reforçou a necessidade de uma avaliação da situação dos vigilantes de escolta armada, que estão morrendo em virtude da falta de proteção no exercício de suas funções. “Pedimos a blindagem dos carros de escolta e melhorias dos armamentos dos companheiros. Assim, terão mais poder de fogo caso sejam atacados”, disse Cláudio.

Também foi debatida a abertura remota das agências bancárias. A CNTV faz parte desse grupo e trabalha constantemente para melhorar a eficácia dessa abertura remota. Além disso, foi apresentado o balanço da Operação Segurança Legal, quando a PF fiscalizou diversos pontos em todos os estados e fechou algumas empresas clandestinas, diminuindo um pouco a clandestinidade na categoria.

“Vamos continuar mandando denúncias das empresas clandestinas para o DPF para que a Polícia Federal possa continuar firme nas fiscalizações”, concluiu Cláudio.

Fonte: CNTV

Parlamentares apoiam defesa dos trabalhadores no Estatuto da Segurança Privada



Em audiência Pública da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado na quarta-feira (13), parlamentares manifestaram seu apoio aos direitos dos trabalhadores e disposição para lutar contra qualquer ameaça às conquistas dos vigilantes e bancários que estavam sendo atacadas no Estatuto da Segurança Privada.



Para o diretor da CNTV e deputado distrital Chico Vigilante (PT-DF), que acompanhou a audiência como convidado da comissão, o

projeto é fundamental para a segurança privada no Brasil, em especial, para os vigilantes.

“Esse projeto vai colocar milhares de trabalhadores da segurança na legalidade. Vai abrir um número muito grande de empregos legalizados, no âmbito da segurança privada”, disse.

O texto também estabelece que as empresas tenham um plano de segurança aprovado pela Polícia Federal, que deve autorizar e fiscalizar o funcionamento das empresas de segurança e o uso de armas por seus agentes.

Para o presidente da CNTV, José Boaventura Santos, uma grande preocupação da categoria é a informalidade no setor. “Para cada vigilante que atua na legalidade, nós encontramos três ou até quatro. Ou seja, mais de 2 milhões de pessoas atuam na ilegalidade”, disse Boaventura.

O senador Paulo Paim (PT-RS) disse que a proposta foi amplamente debatida por todos segmentos. “Eu sempre digo que o bom não é marcar posição, é aprovar projetos que contemplem empregados e empregadores.

Polêmica

A proibição da atuação de empresas de transporte de valores pertencentes a bancos foi o cerne da discussão do Estatuto da Segurança Privada.

O relator, Vicentinho Alves (PR-TO), assumiu o compromisso de apresentar na reunião da próxima semana uma nova versão de seu relatório, fruto de acordo envolvendo a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), a Polícia Federal, empresas do setor, sindicatos e cooperativas.

No entanto, Vicentinho afirmou que na atual fase de tramitação da proposta, que nasceu no Senado e retornou modificada em posterior análise e votação pela Câmara dos Deputados,

não seria mais possível trazer emendas ao projeto.

De acordo com esse entendimento, seria factível apenas suprimir artigos, como o que trata das exigências previstas para as cooperativas de crédito.

Capital estrangeiro

Em relação a outros pontos do Estatuto, Vicentinho adianta que há diversos consensos, como a não restrição à participação de empresas estrangeiras e de cooperativas. Também são de comum acordo medidas que aumentam a segurança dos vigilantes e não prejudicam o direito de greve da categoria.

Apoio

Também participou da audiência o deputado Wellington Roberto (PR-PB), relator do projeto na Câmara dos Deputados, que está auxiliando na tramitação do texto no Senado

Fonte: CNTV

Fiergs faz pagamento direto para vigilantes da Código

Na terça-feira (12), a Federação das Indústrias (Fiergs) efetuou o pagamento, direto na conta bancária, dos salários e verbas rescisórias em atraso dos vigilantes da Código, que abandonou o posto do Serviço Social da Indústria (Sesi), há alguns meses.

Os trabalhadores ficaram sem receber nada, mas o sindicato intercedeu e solicitou à direção da Fiergs, por ofício, que quitasse os débitos de forma direta, como acabou acontecendo. A Código abandonou também os postos da Fepps (Saúde), Defensoria Pública da União (DPU), Inbra, Sesi, Demhab, Iphan (Patrimônio Histórico) e Ibram (São Miguel das Missões).

O Departamento Jurídico do sindicato atuou com firmeza e, com a participação dos diretores Marlon Costa, Mariza Abrão, Fabiano Sanhudo, Ivo Carioca e Carlos Schio, buscou o pagamento direto do contratante aos vigilantes em todos esses locais.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Pricilla Abdelaziz

Diagramação: Anibal Bispo

Processos judiciais

O sindicato ainda abriu processos judiciais cobrando os pagamentos em relação à Código e Fepps, Inbra, Demhab e FGTS. No Iphan tudo já foi pago, diretamente, salários e rescisões de todos os trabalhadores. Na Fepps o assunto está em discussão ainda, com faturas bloqueadas pela Secretaria da Saúde.

Quanto ao Inbra, as faturas estão bloqueadas pelo órgão e o processo judicial tem audiência marcada para o dia 02 de outubro, quando será solicitado ao juiz a antecipação das verbas rescisórias e todos os atrasados: salários, multas, VTs, VAs, e outros créditos a serem recebidos.

Em relação à DPU, desde junho é o sindicato que está fazendo as folhas para o pagamento direto dos vigilantes. O contrato foi encerrado dia 10 de setembro e foram feitos os termos de rescisão. O sindicato aguarda a nota fiscal da Código dos meses de agosto e setembro para que a DPU possa quitar as verbas rescisórias.

Fonte: Sindivigilantes do Sul

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas

09-11

73300-000 Brasília-DF